

DIAGNÓSTICO FUNED

Documento escrito pelos trabalhadores da FUNED em conjunto com o Sind-Saúde MG e entregue para a equipe de transição do Governo Estadual, gestão 2015/2019, no dia 16 de dezembro.

I. FUNED: 107 anos de história.

A FUNED, criada em 1907 pelo médico e pesquisador Ezequiel Dias, possui, desde sua criação, a seguinte estrutura: Pesquisa e Desenvolvimento, indústria para produção de medicamentos e soros; o Instituto Otávio Magalhães, que funciona como Laboratório Central de Saúde Pública de Minas Gerais (LACEN/MG), ou seja uma instituição de impacto significativo para a saúde pública do Estado de Minas Gerais e do País .

Atualmente, a FUNED tem atuação em três áreas distintas a partir das seguintes diretorias:

1. DIOM(Diretoria Instituto Octávio Magalhães)– é o Laboratório Central de Saúde Pública de Minas Gerais – LACEN/MG. Atua como referência nacional e regional em vários dos seus procedimentos. Realiza análises em água, alimentos, ração animal, saneantes, cosméticos, medicamentos, sangue e hemoderivados, solo, ar ambiente.Realiza ensaios de vigilância epidemiológica de agravos importantes para a saúde pública como; parasitárias (leishmanioses), bacterianas (tuberculose), virológica (dengue, influenza, HIV) entre outras.
2. DI(Diretoria Industrial) – onde são produzidos medicamentos, soros e outros medicamentos de base tecnológica (transferência de tecnologia);
3. DPD (Diretoria de Pesquisa e Desenvolvimento) - Destaca-se pela realização de importantes trabalhos desenvolvidos no campo da saúde, uma vez que realiza pesquisas baseadas no estudo da biodiversidade para o desenvolvimento de novos fármacos, kits-diagnóstico e outros produtos para a saúde humana, além de ser referência na caracterização de venenos de animais peçonhentos, na tecnologia de purificação, caracterização bioquímica e imunológica e na clonagem de genes codificadores destes venenos.
4. DPGF (Diretoria de Planejamento, Gestão e Finanças) – responsável por dar apoio administrativo às outras diretorias.

A título de comparação, caso estivesse instalada em São Paulo, a FUNED desenvolveria cumulativamente as funções dos Institutos Butantã, Adolfo Lutz (LACEN/SÃO PAULO) e da Fundação para o Remédio Popular (Furp).

Durante sua história a FUNED foi dirigida por diversos presidentes que, em sua maioria, não possuíam conhecimento técnico necessário para compreender suas interfaces e peculiaridades, sendo assim, não vislumbraram toda a importância e capacidade de contribuição da Fundação à rede pública de saúde.

Sendo assim, a Instituição passou por vários períodos de desenvolvimento e retrocesso nos quais alguns gestores modificaram ou desconstruíram o que vinha sendo idealizado por outros, fazendo com que a história da Fundação fosse constituída por picos de crescimento e estagnação e não por um movimento linear de avanços

científicos e tecnológicos.

Nos últimos 12 anos da gestão PSDB, houve um enfraquecimento intenso e contínuo da Instituição, principalmente da Diretoria Industrial que é a principal responsável pelo faturamento da FUNED e subsidia as demais diretorias.

A FUNED não vem sendo devidamente representada no âmbito das discussões técnicas realizadas pelo Ministério da Saúde, acarretando a perda de investimentos e dos registros para a produção dos medicamentos básicos que abastecem o SUS, ou seja, houve uma redução drástica na produção.

A Diretoria Industrial, responsável pela produção de medicamentos e soros, tem progressivamente se deteriorado, principalmente no anos de 2013 e 2014, quando quase nada foi produzido, com significativas perdas de matérias-primas (toneladas) que ainda se encontram nos almoxarifados a espera de liberação e apuração das responsabilidades.

A maior parte das unidades fabris da Diretoria Industrial não atende às exigências legais, não possui CBPF (Certificado de Boas Práticas de Fabricação) e, conseqüentemente, nada produz sem dizer que alguns produtos perderam seu registro. A Unidade V, cujas obras estão em atraso, possui diversos equipamentos que, embora ainda não tenham sido instalados e qualificados, já perderam a garantia e caminham para a obsolescência.

Convênios e contratos firmados com a iniciativa privada para a transferência de tecnologia na produção de biofármacos apresentam graves irregularidades e não serão cumpridos. Apesar da comprovação das irregularidades em pelo menos um deles, a atual Presidência tem tentado abafar a questão, impedindo que as medidas cabíveis sejam adotadas.

A atual administração da FUNED pratica um marketing enganoso com situações aparentemente bem sucedidas, continuamente divulgadas na intranet da instituição em clara atitude de autopromoção, mas que não corresponde à realidade. Vamos considerar alguns fatos:

1. O Convênio da FUNED com a Fundação BIORIO para transferência de tecnologia eritropoietina, interferon, interferon peguilado expirou em 2011 sem que a transferência de tecnologia fosse completada. O Relatório de Auditoria No 2260.4179.13, referente a esse Convênio, demonstra que nem todas as fases foram executadas embora a FUNED tenha pago por todas elas;
2. A Fábrica de Medicamentos Líquidos construída com recursos do Ministério da Saúde e, até hoje, não está em funcionamento, pois, devido a erros de projetos e outros problemas, não atende aos requisitos de Boas Práticas de Fabricação (BPF) determinadas em legislações específicas;
3. A produção de medicamentos em 2014 foi praticamente zerada. Com a interdição da Unidade I pela Vigilância Sanitária no final de 2013 por falta de CBPF, quase nada foi produzido em 2014. A Unidade III também está sem CBPF;
4. A parceria da FUNED com a BLANVER para a Transferência de Tecnologia (TT) do medicamento Tenofovir tem apresentado problemas e indícios de irregularidades desde o início, fatos que têm sido investigados pelo Ministério Público. Foi instaurada Sindicância Administrativa Investigatória, através da Portaria 035/2014, para apurar o descumprimento de cronograma de TT do Tenofovir, que está bastante comprometido;
5. A transferência de tecnologia (TT) para produção da VACINA MEN C, através de Aliança Estratégica com a empresa NOVARTIS, apresenta atrasos desde o primeiro cronograma. O contrato inicial expirou em outubro deste ano e foi prorrogado por mais um ano, tempo insuficiente para concluir a TT. No ano de 2013, a forma farmacêutica do produto passou a ser a forma líquida em vez da liofilizada. A FUNED adqui-

riu um liofilizador de grande porte que passou, assim, a não ter finalidade. Foi instaurada Sindicância Administrativa Investigatória para apurar responsabilidades no descumprimento dos cronogramas de TT da Vacina MENC;

6. Em uma cerimônia restrita a 60 convidados e à imprensa foi Inaugurada, em 05/12/2014, a área de embalagens da Unidade V – Fábrica de Biofármacos. A obra sofreu grandes atrasos e apresentou vários problemas nos projetos. Durante a construção, houve aditamento do Contrato com valores percentuais muito superiores ao permitido pela Lei 8.666;

7. A unidade IV apesar de um alto valor investido no projeto não foi construída;

8. É premente que a questão dos produtos/serviços da Funed seja realinhada, considerando as políticas públicas e as necessidades da população, sobretudo a política de saúde e suas interfaces, de forma a reforçar o papel da Funed no SUS.

Estes são apenas os principais problemas. Não é possível continuar convivendo com tantas irregularidades e descaso das últimas gestões. A propaganda enganosa tem por objetivo reforçar o modelo de gestão PSDB para tentar manter toda a estrutura técnica-administrativa (cargos comissionados, servidores de outros órgãos e contratados) trazida pelas gestões anteriores.

Nesse mesmo período, a DPGF não desenvolveu, de maneira adequada, suas funções administrativas, paralisando as compras e não suportando adequadamente as áreas-fins. Sendo assim, houve a falta de insumos e suprimentos, impedindo o desenvolvimento da Instituição como um todo.

Ocorreram falhas também no âmbito jurídico, uma vez que, a Procuradoria não assumiu o papel de proporcionar suporte técnico e direcionamento jurídico com o objetivo de solucionar legalmente os problemas da Instituição, como por exemplo, dar agilidade aos processos de compras e licitação. Assumindo, assim, a postura de omissão e descaso para com as questões jurídicas advindas das diversas áreas da Instituição, emitindo pareceres extremamente técnicos com termos inacessíveis aos demais servidores.

Em Janeiro de 2014, ocorreu a posse do atual presidente, que é um Gestor Público e funcionário de carreira. O novo Gestor apresentou algumas modificações no aspecto gerencial que inicialmente foram bem aceitas por alguns servidores, como, por exemplo, reuniões periódicas, diagnóstico gerencial da Instituição, criação e gerenciamento de comissão para Projetos Estratégicos, transparência administrativa, entre outras.

Entretanto, a estratégia do presidente de gestão por projetos não atingiu seus objetivos. Um exemplo foi o projeto denominado “Agiliza Funed”, que possuía a intenção de tornar o processo de compras dinâmico, mas alterou procedimentos, como o sistema de gerenciamento da tramitação dos documentos de compras, o que tornou o processo ainda mais complexo. Assim, mesmo com o referido Projeto implantado, não houve o fornecimento dos suprimentos necessários, paralisando várias funções de diversas áreas e procedimentos, como a realização de diagnósticos de exames.

Com a gestão atual, 2014, ocorreram vários efeitos adversos, como:

1. Ênfase em marketing da administração, escondendo os pontos frágeis da Instituição;
2. Excesso de assessores e funcionários externos em todas as diretorias;
3. Criação de projetos com objetivos não primordiais à Fundação ou em duplicidade com ações já desenvolvidas, promovendo a desvalorização do trabalho realizado pelos servidores efetivos;
1. O uso indevido da Gratificação de Incentivo à Eficientização dos Serviços (GIEFS), gerando desconforto e competição negativa entre os servidores da Instituição, uma vez que, gratifica de maneira exagerada e

desigual alguns servidores sem justificativa ou merecimento comprovado, sem regras claras e determinadas;

2. Centralização dos recursos financeiros e da tomada de decisões pela SEPLAG, culminando na perda de autonomia da Instituição.
3. Promoção de servidores posicionados em FG1 que foram exonerados e reconduzidos para a posição FG8 ou maior, simplesmente por estar envolvido em projetos de interesse do atual Presidente, sendo que tais servidores já recebiam a devida gratificação pela sua função.

II- A FUNED QUE QUEREMOS

1. Perfil do presidente

1. Que possua conhecimento técnico sobre a Política Nacional de Medicamentos do SUS e compreenda a inserção da Funed dentro desta política;
2. Capacitado a compreender a função do Lacen e conheça os desafios de produção de medicamentos na esfera pública;
3. Que compreenda a importância da pesquisa e saiba aplicar os resultados aos trabalhos desenvolvidos na DI e DIOM;
4. Com capacidade técnica para a administração e gestão pública;
5. Que seja acessível, dialogue com os servidores por meio do sindicato, da ASSTRAF e comissões internas, administrando um colegiado de gestão de caráter deliberativo;
6. Com reputação ilibada e comprometido com os princípios da Reforma Sanitária.
7. Trânsito político direto com o Secretário de Estado da Saúde e o com o Governador do Estado;
8. A coragem e o irrestrito apoio do Governo para proceder aos enfrentamentos internos que se mostrem necessários para desarticular os fortes feudos e grupos de interesses hoje hegemônicos na instituição, os quais agem em benefício próprio em detrimento dos interesses de uma política pública voltada para o bem estar da população.

2. Necessidades da Fundação

1. Envio de toda a Receita da Funed para o Fundo Estadual de Saúde, de acordo com a lei 8.080 do SUS e não ao caixa único do Estado como acontece atualmente, garantindo autonomia financeira de todos os recursos;
2. Transparência e agilidade na transferência da verba do FIN LACEN e de outros convênios;
3. Valorização dos servidores da Fundação indicados para os cargos de gestão/gerência, dando oportunidade aos servidores de acordo com a competência;
4. Devolver/exonerar servidores cedidos de outros órgãos da administração, ocupantes de cargos de chefia, assessoria e diretoria na FUNED;
5. Distribuir as cotas da GIEFS igualmente entre os servidores;
6. Garantir recursos e firmar convênios para propiciar a educação pré-escolar dos filhos dos funcionários;
7. Realizar convênios e parcerias com universidades e instituições de ensino superior e pós-graduação com o objetivo de desenvolver o potencial da Funed para realizar pesquisas de relevância ao SUS;
8. Dar tratamento isonômico aos servidores da área da saúde, permitindo aos servidores da Funed jornada de trabalho de 30 horas semanais. Conforme estudo feito na instituição, essa medida geraria economia e maior satisfação aos funcionários;
9. Implementar a Política de Segurança e Saúde do Trabalhador para os servidores da Fundação, com ênfase na prevenção e promoção da saúde através de práticas integrativas e complementares, amplamente discutidas pelos funcionários;
10. Executar a Política institucional de educação permanente a fim de qualificar e transformar as práticas cotidianas, a organização das ações e dos serviços, o desenvolvimento pessoal e institucional dos trabalhado-

res e gestores da Funed, pautando-os no desenvolvimento do trabalho em equipe e na interdisciplinaridade;

11. Criar política de Gestão de Pessoas que siga os princípios da Administração Pública, com profissionais qualificados para avaliar o perfil e a capacidade técnica dos servidores para designá-los às funções mais adequadas;

12. Desenvolver ações de promoção da saúde do trabalhador da Funed, nos espaços de convivência, favorecendo ambientes de trabalho seguros e saudáveis em suas múltiplas dimensões, livres de assédios e violências;

13. Fortalecer o Núcleo de Compras;

14. Criar o almoxarifado central da Funed;

15. Implementar o rodízio periódico na ocupação dos cargos de chefia;

16. Implantar um Colegiado de Gestão com a participação de servidores de todos os níveis;

17. Implantar o Conselho de Saúde da Funed;

18. A reformulação do portfólio de produtos da FUNED requer a atuação premente da nova gestão institucional perfeitamente alinhada e respaldada pelo Secretário de Estado da Saúde, contando com a anuência, aquiescência e confiança do Governador eleito, de forma que se obtenha uma performance da instituição verdadeiramente articulada com a política estadual e nacional de saúde;

19. Também é urgente a revisão das condições de trabalho;

20. A implementação do novo plano de carreira de acordo com a proposta já discutida pelos servidores e apresentada na mesa do SUS.